

Combate à pobreza energética a nível local: O caso dos edifícios multifamiliares

Ficha informativa nº 1



Cofinanciado pela União Europeia sob o n.º 101167621. As opiniões e pontos de vista expressos são, no entanto, da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da CINEA. Nem a União Europeia nem a autoridade concedente podem ser responsabilizadas pelos mesmos.

Combate à pobreza energética a nível local: O caso dos edifícios multifamiliares

Para fornecer aos atores relevantes uma visão geral atualizada dos conhecimentos e práticas atuais da investigação e política sobre pobreza energética a nível regional e local, com especial enfoque nos edifícios multifamiliares (EMF), o projeto LOCATEE elaborou o relatório [“Compreender a pobreza energética a nível local e o papel dos edifícios multifamiliares”](#).

Esta ficha informativa resume os principais resultados e conclusões do relatório, baseando-se diretamente nas conclusões geradas através da sua abordagem multifacetada.



O papel dos Planos de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESCs) - Facilitadores e Barreiras



Facilitadores

- **O estabelecimento de estruturas colaborativas**, como os Planos de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESCs) ou ações conjuntas subsequentes, permite aos municípios reunir os seus recursos financeiros/humanos e até incentivar os municípios mais pequenos a superar limitações ao nível de recursos, eliminando as fronteiras administrativas e facilitando a transferência de conhecimentos com cooperação mútua.
- **A integração dos PAESCs com outras políticas da União Europeia (UE) e nacionais** pode fornecer metodologias, abordagens e estratégias para cumprir as metas de redução de emissões, alinhando ações locais com os objetivos gerais de neutralidade da UE.
- **O envolvimento dos stakeholders e a participação da comunidade** através de workshops, consultas públicas e iniciativas lideradas pelos cidadãos são essenciais para dar voz às preocupações locais e transformá-las em prioridades, reunindo o apoio da população



Barreiras

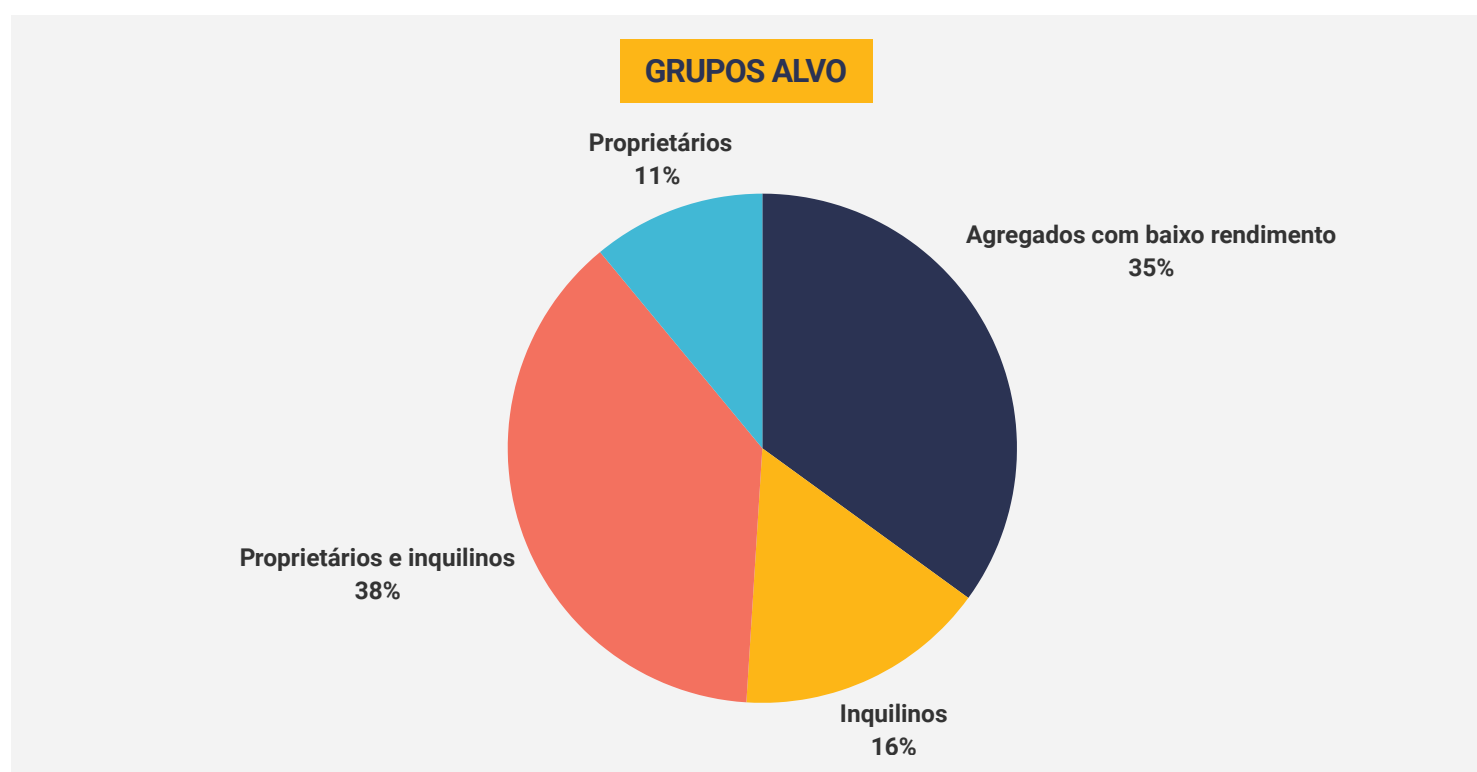
- **Limitações de recursos**, particularmente em municípios menores, com recursos humanos, conhecimentos técnicos e financiamento limitados para desenvolver e executar estratégias de forma independente.
- **Falta de dados e acessibilidade limitada** (frequentemente devido a questões relacionadas com o RGPD), mesmo a registos nacionais, juntamente com a ausência de metodologias padronizadas para monitorizar o consumo de energia, emissões de dióxido de carbono (CO2), os níveis de pobreza energética e as taxas de renovação do edificado.
- **Falta de integração com outras estratégias de ação climática**. Os PAESCs focam-se principalmente na mitigação, descurando a adaptação — ausência da dimensão social.



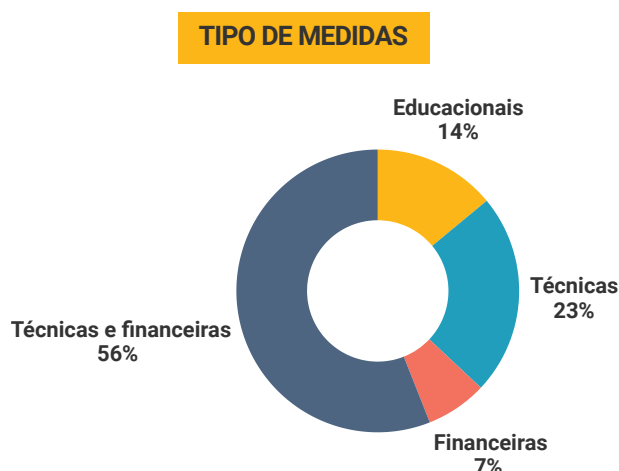
Atual Panorama Político na Europa

As figuras seguintes complementam as informações fornecidas pelos PAESCs ilustrando os resultados de uma análise de mais de **50 instrumentos e políticas europeias** que abordam a **pobreza energética** em **edifícios privados multifamiliares** a nível **local** e **regional**, classificando-as com base em parâmetros-chave, tais como grupos-alvo, tipos de medidas, mecanismos de execução, autoridades responsáveis pela implementação, duração cronológica, mecanismos de avaliação e outros.

Distribuição das políticas e iniciativas analisadas com base nos grupos-alvo:



Categorização das políticas e iniciativas analisadas com base no tipo de medidas que incluem:



Categorização dos mecanismos de execução das políticas e iniciativas analisadas:



Identificação de barreiras - uma abordagem holística

Foram examinadas as barreiras à mitigação da pobreza energética em EMF privados sob diferentes ângulos, com o objetivo de se obter uma perspetiva holística. Começamos pelas barreiras que afetam os **EMF em geral**, uma vez que estas refletem desafios estruturais comuns em todo o setor habitacional. Em seguida, focamo-nos no **setor privado de arrendamento**, um segmento com uma elevada percentagem de EMF e características únicas que tornam as barreiras particularmente pronunciadas.

Por fim, focamo-nos nas barreiras que as **autoridades locais** enfrentam, cujo papel na resolução da pobreza energética é fundamental.



Edifícios Privados Multifamiliares

- **Custos iniciais elevados**
- **Acesso limitado a financiamento**
- **Requisitos de cofinanciamento difíceis de cumprir** mesmo quando se trata de subsídios ou bolsas
- Pode ser necessário um **consenso** entre vários intervenientes
- **Falta de apoio direcionado a grupos específicos** nas políticas atuais
- Conformidade limitada com as **normas de desempenho energético** para EMFs privados
- **Falta de conhecimento tecnológico** no que respeita a remodelações profundas de edifícios em termos energéticos
- **Alguns EMFs são considerados edifícios históricos**, o que dificulta as renovações.



Setor privado de arrendamento

- **Incentivos divididos**
- **Aumento da renda após renovações** (que, em muitos casos, excede a poupança em despesa com energia) - ações de despejo
- **Vulnerabilidade** ainda maior no setor/exclusão social
- **Invisibilidade política/falta de dados** sobre a pobreza energética entre os inquilinos
- **A capacidade técnica inadequada** pode atrasar ou impedir a implementação



Autoridades Locais

- **Falta de dados** para identificar os agregados mais vulneráveis
- **Definição de políticas** pouco favoráveis e **inconsistentes**, especialmente para municípios de menor dimensão
- Falta de **quadros territoriais subnacionais** robustos
- **Falta de financiamento** de entidades financeiras e organismos nacionais
- **Integração insuficiente** das políticas nacionais com os processos de formulação de políticas regionais e locais
- **Desconfiança** dos cidadãos locais em relação às políticas do governo local
- **Falta de acesso** a canais de comercialização locais para os cidadãos
- Falta de agências dedicadas/**capacidade institucional insuficiente**
- **Escassez** de trabalhadores locais especializados em eficiência energética ou empreiteiros de confiança
- **Isolamento geográfico** em alguns municípios

Medidas de Eficiência Energética na Grécua, Polónia e Portugal



A UE introduziu uma série de diretivas e estratégias que estabelecem o quadro para a promoção da eficiência energética no setor da construção. Estas disposições estabelecem uma base de referência para a ação em todos os Estados-Membros, mas o seu impacto prático depende da adaptação nacional e local.

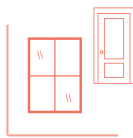
Alguns elementos-chave:

- Normas mínimas de desempenho energético para edifícios existentes submetidos a grandes renovações, com requisitos para melhoria do isolamento, sistemas eficientes de aquecimento/refrigeração (por exemplo, bombas de calor) e materiais de construção de alto desempenho. Requisitos de energia quase nula para edifícios novos, dependendo em grande parte de fontes de energia renováveis.
- Estratégias de renovação a longo prazo, para descarbonizar o parque habitacional até 2050, dando prioridade às famílias vulneráveis
- Promoção de tecnologias inteligentes, tais como contadores inteligentes e controlos inteligentes de aquecimento/arrefecimento, apoiadas pelo Indicador de Preparação Inteligente.
- Eliminação progressiva do aquecimento a combustíveis fósseis, em favor de alternativas renováveis e eficientes.
- Medidas de apoio socioeconómico, incluindo incentivos financeiros específicos através de instrumentos como a Vaga de Renovação and the UE e o Fundo Social para o Clima.

Cada um dos países-piloto do LOCATEE (i.e, Grécia, Polónia e Portugal) adotou medidas que estão em conformidade com os objetivos da UE, adaptando-as às condições nacionais. A título indicativo, as intervenções em matéria de eficiência energética que poderiam ser exploradas pela abordagem LOCATEE incluem:



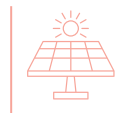
Melhoria (ou instalação) do **isolamento térmico** do edifício



Substituição de portas e janelas antigas por novas com **maior eficiência energética**.



Integração de sistemas de aquecimento e arrefecimento energeticamente eficientes (e.g., bombas de calor e aparelhos de ar condicionado com elevado nível de desempenho energético).



Instalação de tecnologias renováveis para geração de eletricidade e água quente sanitária (e.g., energia solar fotovoltaica e caldeiras solares).



Utilização de materiais de construção de alto desempenho energético, biomateriais, materiais reciclados e outras soluções baseadas na natureza.



O papel dos intermediários e as melhores práticas que podem implementar

Entidades do setor da habitação

Papel

- Regulamentação, desenvolvimento, financiamento e gestão de infraestruturas habitacionais (**entidades públicas de habitação**)
- Construção, venda e arrendamento de habitações no mercado imobiliário (**entidades habitacionais privadas**)
- Provisão de habitação acessível ou social (**entidades habitacionais sem fins lucrativos**)
- Gestão de habitações coletivas (**entidades cooperativas de habitação**)
- Promoção de **renovações de edifícios** e medidas de eficiência energética



Melhores práticas

- Renovações de promoção de eficiência energética **em habitações sociais e acessíveis**
- **Modelos de produção energética acessíveis e sustentáveis**
- **Assistência financeira integrada** para melhorias de eficiência energética
- Iniciativas de **envolvimento dos inquilinos e sensibilização para a gestão de energia**

Municípios

Papel

- **Estabelecer canais de ligação** entre residentes, instituições financeiras, governos nacionais e especialistas técnicos
- **Superar barreiras financeiras, técnicas e comunitárias**
- **Capacitar e apoiar os stakeholders**
- **Gerir** programas locais de apoio
- **Ajudar proprietários** a aceder a financiamento
- **Construir confiança e proximidade** com os
- **Colmatar a distância** entre a política e a implementação



Melhores práticas

- Planeamento abrangente para a mitigação da pobreza energética
- Incorporar **medidas de combate à pobreza energética nas estratégias locais**
- Criação de **balcões únicos (one-stop shops) e centros de recursos**
- Realizar auditorias energéticas a habitações de famílias vulneráveis
- **Proteger os cidadãos do corte do fornecimento de energia** devido a contas não pagas (especialmente para consumidores vulneráveis)
- **Atividades de capacitação** para as principais stakeholders - **Medidas de informação e sensibilização**

Organizações da sociedade civil

Papel

- **Colmatar lacunas nos programas de eficiência energética** (especialmente para comunidades marginalizadas)
- **Prestação de assistência direta** a famílias em pobreza energética através de **serviços de aconselhamento, gestão financeira e apoio técnico**
- **Defesa** de mudanças políticas e melhorias sistémicas
- **Facilitar cooperação** entre stakeholders
- **Oferecer apoio holístico**, combinando assistência social com serviços de aconselhamento energético



Melhores práticas

- **Aconselhamento energético comunitário** para famílias vulneráveis
- **Estratégias integradas de aconselhamento e substituição de aparelhos**



CONSULTE O RELATÓRIO [AQUI](https://ibs.org.pl/en/research/locatee-local-authorities-tackling-energy-poverty-in-private-multi-apartment-buildings/)

Fique em Contacto



<https://ibs.org.pl/en/research/locatee-local-authorities-tackling-energy-poverty-in-private-multi-apartment-buildings/>



[LIFE-LOCATEE](#)



Cofinanciado pela União Europeia sob o n.º 101167621. As opiniões e pontos de vista expressos são, no entanto, da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da CINEA. Nem a União Europeia nem a autoridade concedente podem ser responsabilizadas pelos mesmos.